

O Verbo e a Verba

Hebe Camargo confundiu-se em seu destam-patório contra o Congresso ao dizer que tinha raiva de seu título de eleitor e de ser obrigada a votar. Transferiu simbolicamente ao documento seu desgosto pelos políticos e pelo caráter compulsório do que deveria ser o exercício facultativo de um direito. Mas não pregou o fechamento do Congresso, nem repudiou a democracia. Apenas proclamou em voz alta o que os contribuintes andam pensando com seus botões.

São mais do que merecidas as críticas à lentidão do processo de cassação dos corruptos, ao triste espetáculo das cadeiras vazias do plenário, à vocação corporativa, empreguista e eleitoreira dos eleitos. Estas críticas não podem ser respondidas com a Lei de Segurança Nacional, nem com ameaças veladas de cancelar a concessão do canal dos empregadores da apresentadora.

O rancor de Hebe traduz um estado de irritação coletiva e deve ser encarado como uma grave advertência do eleitorado. Em nada ameaça o Estado, em todo o caso muito menos do que o exercício irresponsável da função pública ou o recurso à censura. É um absurdo que deputados que não conseguem cassar o mandato de ladrões notórios falem em cassar a concessão de um serviço público que cumpre seu dever ao denunciar os desmandos do Legislativo à opinião pública. Ou será que só o Executivo é passível de críticas?

Há mais: o Estado, como as torres de contro-

le dos aeroportos, limita-se a disciplinar e harmonizar o tráfego da comunicação, não é dono do ar nem da verdade. Não pode amordaçar, prender e arrebentar quando objeto de reparos. Convém ainda esclarecer, de uma vez por todas, que pronunciamentos de políticos e administradores transmitidos em cadeia o são por deferência, e não por obrigação.

É lamentável e sintomático que o Congresso não dê a menor bola para a pornografia, a violência desbragada, o baixo nível, as práticas monopolistas e outras deformações da programação televisiva brasileira. Basta, porém, colocar parlamentares na berlinda para que brios filistinos aflorem. Para eles, o atentado aos valores familiares vale menos do que o zelo eleitoreiro e corporativo.

Não se regula o chulo, nem o sensacionalismo em nome da liberdade — bem entendido. Mas se quer censurar em causa própria em nome da democracia. Mas, o que contribui mais para debilitar o Estado? A indignação um tanto histriônica de uma apresentadora? Ou o constrangedor exemplo de empreguismo e nepotismo dado pelo senador Humberto Lucena? Hebe acertou na mosca ao dizer que Inocêncio de Oliveira não pode falar em processá-la, enquanto não der satisfações sobre aqueles poços perfurados em suas propriedades com o dinheiro do povo.

Afinal, o que é mais grave? Abusar do verbo ou das verbas?